



A incerteza do futuro e a questão ambiental na contemporaneidade

Maria Fernanda Zanatta Zupelari¹

Maíra Arantes Leite Wick²

Resumo: Diante do agravamento da crise socioambiental, compreendida por nós em um contexto mais amplo como crise da civilização moderna ocidental, a educação ambiental ganha notoriedade ao promover e subsidiar a reflexão sobre a incerteza do futuro e da reprodução da vida na Terra. Sob esse contexto (e pretexto), este ensaio teórico apresenta como principal objetivo discorrer sobre possíveis relações entre as temáticas: questão ambiental, a educação ambiental e a insegurança de como será o tempo futuro. Para tanto, traçamos considerações a respeito do tempo (passado, presente e futuro), dos riscos e do sentimento de medo. Deste modo, privilegiamos a abordagem qualitativa, posto que este ensaio teórico é resultado da análise de pesquisas e obras publicadas sobre a temática.

Palavras chave: Educação ambiental. Modernidade. Insegurança.

Abstract: Given the worsening environmental crisis, understood by us in a broader context as the modern Western civilization crisis, environmental education gains notoriety to promote and support reflection about the uncertainty of the future and the reproduction of life on Earth. In this context (and as an excuse), this theoretical paper presents as main objective discuss possible relationships between these themes: environmental issues, environmental education and insecurity about how it will be the future time. To do so, we draw considerations of time (past, present and future), the risks and the sense of fear. Thus, we undertake the qualitative approach, since this theoretical essay is result of analysis of surveys and published works on the subject.

Keywords: Environmental education. Modernity. Insecurity.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista. Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Interessa-se por educação ambiental e pesquisa sobre educação ambiental. Email: mfzanatta@yahoo.com.br

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista. Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos. Interessa-se por educação ambiental e áreas protegidas. Email: mawick@gmail.com

Introdução

O presente nos revela a urgência de refletir sobre a situação desconfortante em que nos encontramos perante a crise estabelecida em nossa sociedade. Esta pode ser caracterizada enquanto crise da degradação dos recursos naturais, do capitalismo, das relações sociais e de identidade do indivíduo ou, em outros termos a crise da sociedade com o seu ambiente. As consequências decorrentes desta crise requerem e demandam soluções e proposições para o seu enfrentamento.

A despeito disso, alguns teóricos conceberam distintos “modelos” de organização da sociedade atual, denominados de: “moderna reflexiva” (BECK, 1997); “moderna tardia” (GIDDENS, 1997, 2007); “pós-moderna” (LYOTARD, 1979; BAUMAN, 1998); ou ainda, “hipermoderna” (LIPOVETSKY, 2004), cada qual composto por conceitos e características que expressavam os preceitos que regem a sociedade contemporânea e a maneira pela qual ela está estruturada e organizada.

Estes conjuntos de conceitos ao qual nos referimos como “modelos” de organização social tem em comum a relação de voltar-se para a Modernidade, no intuito de romper ou exaltar suas principais características definidoras. No entanto, são diversas (e até mesmo, algumas vezes, conflitantes) as possíveis leituras do mundo contemporâneo. Desde então, o debate da Modernidade e da Pós-Modernidade sugere que exista uma crise enquanto delimitação de um paradigma filosófico orientador da sociedade contemporânea, frente à possível limitação da era moderna diante das rupturas e aprofundamentos de suas características consensuais.

As contradições do paradigma da Modernidade engendraram disputas no campo a respeito de novas características que elucidassem a realidade e as crises que a sociedade contemporânea passou a enfrentar, como por exemplo, a socioambiental. Em consonância com esta afirmação, a Modernidade caracteriza-se por um período de novos enfrentamentos e de novos problemas, que por sua vez, prima pela busca de novas soluções, afirmando Luvizotto (2013, p. 246):

Pode-se assim entender a Modernidade como o fracionamento dos modelos estabelecidos no passado, construídos em unidades fechadas e que agora se abrem direcionadas ao desconhecido. Pode ser encarada como a emancipação da razão ou a forma de (re) inventar novos caminhos de pensamento que dêem conta dos novos questionamentos. São as novas leituras de mundo.

A respeito da contemporaneidade, Beck (1997) apresenta sua concepção enquanto período compreendido “como uma modernização ampla, solta e modificadora da estrutura

[...] em certo aspecto, implica inseguranças de toda uma sociedade” (p. 14). Neste sentido, Harvey (2008, p. 113) crê que “o único consenso do moderno é a insegurança”.

A partir das discussões teóricas acima apresentadas podemos apontar como algumas das características da sociedade contemporânea que se aproximam de um consenso: a supervalorização do indivíduo (individualização); as relações pautadas em uma lógica do consumo; o despertar de uma sensação de insegurança e de medo; a desvalorização às tradições e ao passado, acrescida de uma preocupação exacerbada com o presente, colocando em xeque a possibilidade de se refletir sobre o futuro. Neste sentido, Lima (2011) destaca algumas ameaças “[...] relacionadas à crise da sociabilidade contemporânea, caracterizadas por comportamentos consumistas e individualistas como [...] perda de sentido de vida, perturbações da identidade individual e coletiva [...]” (p. 75).

É, portanto, o modelo de organização e produção social que se estabeleceu com a Modernidade, baseado no hegemônico modo de produção capitalista, que aprofunda no período contemporâneo a crise socioambiental. O debate acerca da temática ambiental foi impulsionado diante do agravamento da crise ambiental e do aprofundamento da desigualdade social, fato que conflitava com a consolidação de uma sociedade com vistas a um “crescimento econômico incontrolado”, pautada pela intensificação da exploração dos recursos naturais e humanos, decorrente do processo histórico de tentativa de dominação da natureza pela sociedade (GIDDENS, 1997). Vejamos a ideia explicitada a esse respeito por Beck (1997, p. 19):

Nesse contexto, devemos também reconsiderar a essência da ‘crise ecológica’ atual. A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca – um chamado ‘problema ambiental’ – mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial.

Trata-se, portanto, também da degradação das relações sociais, da relação do indivíduo com ele mesmo e com o outro, e não somente da degradação da relação da sociedade com a natureza (LIMA, 2011). Por isso preferimos fazer uso, neste ensaio, do termo crise socioambiental, pois como vimos, ela atinge as diferentes esferas sociais e permeia as diversas relações.

A crise socioambiental faz surgir a discussão acerca da qualidade e até mesmo da incerteza do futuro, visto os cenários que são desenhados pela ciência e pela mídia quanto à escassez e até finitude dos recursos naturais fundamentais à manutenção da vida, humana

e não humana, sobre a Terra. Isto é, a segurança na contemporaneidade é efêmera e está alicerçada em uma sociedade individualista e consumista, cujo período, de acordo com Giddens (2002) “traz o medo do futuro ao invés de fornecer os meios de dominá-lo” (p. 72).

Parte deste debate foi fomentado pela organização da sociedade civil nos moldes de uma mobilização social, que de acordo com Lima (2011), compôs os chamados “novos movimentos sociais”, cujas preocupações estavam “[...] relacionadas com a identidade e a autonomia dos atores sociais, que caracterizam o momento pós-industrial. São visíveis, então, as preocupações com as ameaças físicas ou simbólicas à integridade da vida, em sentido amplo [...]” (p. 71).

Esta condição de insegurança retoma que a crise do projeto civilizatório da Modernidade assemelha-se, cada vez mais, ao seu antônimo circunstancial: a barbárie. Para tal fim, Schiller citado por Mattei (2002, p. 152) explicita: “Ainda somos bárbaros porque transportamos a violência para a degeneração moral, afastando-se de toda relação substancial com a natureza”.

Neste sentido, entendemos que os sentimentos de insegurança e medo estão intrinsecamente relacionados com a condição de barbárie, e toda a violência que é própria do tempo atual, no qual as relações deixaram de se pautar no cuidado e na solidariedade. “[...] Afinal, viver num mundo líquido-moderno conhecido por admitir apenas uma certeza – a de que amanhã não pode ser, não deve ser, não será como hoje – significa um ensaio diário de desaparecimento, sumiço, extinção e morte” (BAUMAN, 2008, p. 12).

“O Futuro de uma Ilusão”, e suas relações com o tempo, os riscos e o medo

O “futuro de uma ilusão”, cujo alarde foi dado por Freud (1930/1978) no início do século XX, no contexto da famosa obra “O mal-estar da civilização”, predispõe uma problematização do futuro e a discussão da aparente necessidade que a Humanidade tem de apoiar-se em uma ilusão. O psicanalista, em meados do Século XX, já podia notar algumas consequências do desenvolvimento da cultura moderna ocidental (que foi traduzido para o português como “civilização”) na crise do hiperindividualismo e no apego às religiões, conotadas como “ilusões”, e nas violências de diversas ordens que se estabeleceriam na sociedade do século XX.

Procuramos estabelecer, a partir deste texto, uma relação entre suas principais ideias e a reflexão sobre a educação ambiental (EA) voltada para uma sociedade

hipermoderna, cujos males emergentes da Modernidade foram levados ao extremo, aprofundando as angústias e inseguranças dessa sociedade. A EA, no intuito de minimizar tais males, propõe indagações acerca das causas do mal-estar generalizado na Hipermodernidade e possíveis construções de futuro, a fim de prover resoluções para a crise socioambiental, visto que a EA é compreendida por Lima (2011, p. 25) “[...] como um dos instrumentos relevantes na busca de respostas para a crise”.

Desse modo, entendemos que para trabalhar com o tema “futuro” é interessante desvelar algumas questões relativas ao presente e passado, e suas implicações nas formas de uma dada sociedade se organizar, produzir, refletir, pensar e, por fim, se relacionar. Para tanto, o conceito de tradição surge como importante guia para o debate temporal, visto que pronuncia relações de como a sociedade se organiza perante a passagem do tempo, e ainda, elos que poderiam orientá-la diante de um futuro incerto. No propósito de colaborar com a compreensão do conceito de tradição, levantamos apontamentos de Anthony Giddens em *Modernização Reflexiva* (1997) e *Mundo em descontrole* (2007).

Já para o intuito de estabelecer questionamentos e considerações acerca da “ilusão”, proposta por Freud (1930/1978), elencamos os conceitos de “risco”, e seu indissociável elemento “medo”, para orientar a discussão de como a falência do projeto de Modernidade fez este transformar-se em ilusão para a civilização ocidental, no que concerne a derrota da Humanidade na tentativa de dominar a natureza (ADORNO; HORKHEIMER, 1947/2006).

Riscos de que o futuro contenha carências e medo de como viver na iminência destes riscos.

O tempo

Giddens (1997, p. 48) argumenta existirem “[...] infindáveis discussões sobre modernização e sobre o que significa ser moderno, mas poucos realmente sobre tradição”. Visando contribuir para essa discussão, apresentamos algumas reflexões empreendidas por este autor.

De acordo com Giddens (1997, p. 82), “A ‘integridade’ da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do ‘trabalho’ contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado”. Desta forma, não coloca em oposição definitiva a sociedade moderna e a tradição, pois afirma terem existido momentos de reconstrução e dissolução da tradição no período moderno. Contudo, observou que com o advento da Modernidade houve um grande distanciamento do

indivíduo em relação à tradição, com questões que remetem ao passado, à história (GIDDENS, 2007).

Se considerarmos que “A tradição é talvez o conceito mais básico do conservantismo, uma vez que os conservadores acreditam que ela encerra uma sabedoria acumulada” (GIDDENS, 2007, p. 52), é compreensível que a Modernidade, caracterizada por processos em constante mudança, desencadeie nos indivíduos um sentimento de rompimento com a tradição, e por sua vez, de desamparo, de não pertencimento, de insegurança.

Até o período pré-moderno, de forma bem generalista, a tradição predominava principalmente em comunidades locais. Entretanto, no processo de consolidação da Modernidade, e do predomínio do pensamento racional e científico, as chamadas “tradições” passaram a ser questionadas, e por isso, tende-se a afirmar que a Modernidade tornou-se “destradicionalizada”. Pois, “[...] a ciência e, de modo mais geral, a ‘razão’ deveriam substituir os preceitos supostamente irrefletidos da tradição e do costume” (GIDDENS, 1997, p. 86). Se considerarmos que a tradição orienta a ação, e que “tradição é repetição”, ela pode ser facilmente desacreditada em função do caráter dinâmico, mutável e questionador que tem a Modernidade, de acordo com Berman (1986).

O diálogo estabelecido, até então, entre Modernidade e tradição foi afetado com o desenvolvimento e intensificação da globalização. Enquanto a tradição parecia ocorrer como algo isolado em comunidades, com o advento da globalização e do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, as diferentes tradições entram em contato umas com as outras e reinventam-se.

Dessa maneira, a ordem pós-tradicional estabeleceu-se sob os pilares da civilização moderna ocidental, na qual as tradições não desapareceram por completo, elas modificaram-se, reinventaram-se em direção à manutenção da estrutura social globalmente organizada, o que colaborou com a perda gradual do reconhecimento do sujeito contemporâneo com a sua comunidade e de sua própria identidade. Isto é, se o indivíduo faz parte de uma “aldeia global” (como foi apelidado o fenômeno da globalização), ele não se reconhece mais perante sua comunidade local (seu bairro, sua etnia), com a licença do dito popular “se está com todos, está sozinho” (BAUMAN, 2005).

Partimos dessa linha de raciocínio para associarmos a problemática da tradição na Modernidade com a insegurança do futuro, pois o sentimento de não pertencer a um determinado grupo ou à determinada sociedade e de não reconhecer-se faz imperar o individualismo e a importância do presente. Estas são condições engendradas a partir da

urgência com que as questões ambientais emergiram, uma vez que vivenciamos uma crise socioambiental produzida por uma sociedade consumista (efeito do individualismo), imprudente e inconsequente (efeito da supremacia do presente).

Esta sociedade contemporânea, imprudente e inconsequente quanto à forma de relacionar-se com a natureza e que sustenta sua organização social pautada no desejo incessante do consumo dos recursos naturais, enfrenta hoje sérios problemas ambientais.

“Os problemas ambientais eram, em grande medida, percebidos como efeitos colaterais de um projeto inevitável de modernização, passíveis de serem corrigidos [...]” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5). Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento da sociedade apropria-se da natureza enquanto recurso necessário e/ou desejável para a produção e indica estreita relação com o passado, isto é, com a busca da superação de uma sociedade até então “selvagem” por uma sociedade “civilizada”, como bem explica Moscovici (1975, p. 174): “Para o homem, o estado de natureza é o seu passado; o estado de sociedade, seu presente e seu futuro. É total a descontinuidade: toda tentativa para restabelecer um vínculo supostamente rompido é qualificada como retorno”. E, a partir da noção de “descontinuidade” propõe:

Acredita-se, muitas vezes, que nossa espécie tem como destino, desde sempre, lutar contra a natureza [...] Ela [a luta] se desenrola sempre que uma parte da Humanidade deve edificar sua própria realidade, ultrapassar o dado presente, apartar-se do passado e afirmar-se tomando uma opção a respeito do futuro. Eis o preço da sobrevivência (*Idem*, p. 141).

O preço da sobrevivência à que o autor se refere está entremeado em riscos, que envolvem a qualidade e a manutenção da vida humana e não humana, e que estão embasados nas escolhas, individuais e coletivas, sobre como a tradição, o presente e o futuro serão pautados nas relações entre a sociedade e a natureza. Estas, relacionam-se também às posturas adotadas frente a crise socioambiental, questões estas que serão tratadas a seguir.

O risco

Giddens (2007, p. 33) aborda a concepção de risco e demonstra a estreita relação entre este fenômeno social e o paradigma da Modernidade:

Risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras. **A palavra só passa a ser amplamente utilizada em sociedades**

orientadas para o futuro [...] O conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com seu passado – de fato, a característica primordial da civilização industrial moderna. (grifo nosso)

A noção de futuro atrelada à concepção de risco é também explicitada por Beck (1997) e Giddens (1997). O primeiro autor se insere neste debate ao expor a concepção de “sociedade de risco”, a qual emergiu com a “obsolescência da sociedade industrial”, pois “nesse caso, as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar” (BECK, 1997, p. 15-16). Giddens (1997) ao discutir a sensação de viver envolto em riscos na sociedade contemporânea, a qual Beck (1997) declara ser “orientada para o futuro”, estabelece relações entre o risco e a questão ambiental. Vejamos:

[...] a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou **aos caprichos da natureza** (p. 34, grifo nosso) [...] Supunha-se que o risco seria uma maneira de regular o futuro, de normatizá-lo e submetê-lo ao nosso domínio. As coisas não se passaram assim. **Nossas próprias tentativas de controlar o futuro tendem a ricochetear e cair sobre nós, forçando-nos a procurar modos diferentes de relação com a incerteza** (GIDDENS, 1997, p. 36, grifo nosso).

Como no contexto da sociedade essencialmente industrial se pretendia com esse modelo de desenvolvimento econômico e social obter um controle sobre o futuro, atualmente, com a transição para uma sociedade globalizada, vivenciam-se momentos de insegurança, em parte porque, “[...] o mencionado ciclo de expansão econômica do pós-guerra, que resultou na emergência de uma crise ambiental, não seria possível sem a mediação de um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico” (LIMA, 2011, p. 30-31). E desse panorama decorre, de acordo com Bernardes e Ferreira (2003), um dos mais pessimistas cenários para o futuro, foi apresentado em 1972 pelo “Clube de Roma” no formato de um relatório intitulado “Os limites do Crescimento”, que tratava, resumidamente, das consequências ambientais do modelo de desenvolvimento econômico em vigor.

Os iminentes riscos passaram, portanto, a ser incorporados dentro de um debate político e Beck (1997, p. 169) considera que “os riscos podem ser compreendidos como perigos”, dadas às relações estabelecidas até então entre sociedade e natureza que ameaçavam a própria existência humana. Com isso, as transformações que a incerteza do futuro imprimiu no indivíduo, na sociedade e na natureza provocaram novos cálculos de

riscos e oportunidades, dos efeitos da modernização, ou seja, caracterizaram-se pelo surgimento de um risco que não se podia mais calcular, logo, não se podia prever quais seriam suas consequências. Assim, reina a imprevisibilidade.

O autor ainda apresenta uma diferenciação entre os riscos, que podem ser externos ou fabricados. Para compreender como o risco permeia a questão ambiental e suas alarmantes urgências de ação, interessa-nos apresentar a concepção de “risco fabricado”:

[...] com o que quero designar o risco criado pelo próprio impacto de nosso crescente conhecimento sobre o mundo [...] A maior parte dos riscos ambientais, como aqueles ligados ao aquecimento global, recaem nesta categoria [...] passamos a nos inquietar menos com o que a natureza pode fazer conosco, e mais com o que nós fizemos com a natureza (BECK, 1997, p. 36-37).

Essa dúvida permanente é característica da “sociedade de risco”, bem como os riscos incalculáveis produzidos pela radical dicotomia entre sociedade e natureza, conduzida pelo movimento filosófico do Iluminismo, cuja concepção determina um mundo instrumentalizado e antropocêntrico (GUIMARÃES, 2003), aporte teórico da civilização moderna. Então, conceito de “sociedade de risco”:

[...] designa um estágio da Modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial [...] Primeiro, há o relacionamento da sociedade industrial moderna com os recursos da natureza e da cultura, sobre cuja existência ela é construída, mas que estão sendo dissipados no surgimento de uma modernização amplamente estabelecida. Isto se aplica à natureza não humana e à cultura humana em geral, assim como aos modos de vida culturais específicos [...] Segundo, há o relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas produzidos por ela, que por seu lado excedem as bases dos ideais [sic] [ideais] sociais de segurança. Por essa razão, assim que as pessoas tomam consciência deles, são capazes de abalar as suposições fundamentais da ordem social convencional (BECK, 1997, p. 17-18).

No intuito de contribuir para a discussão acerca da influência do progresso tecnocientífico para o estabelecimento de novos riscos, Luvizotto (2013, p. 248) entende que “[...] a ciência e a tecnologia são as responsáveis pelo surgimento desses novos riscos, que incluem desde os nossos corpos até as grandes mudanças na estrutura da sociedade”. Entretanto, o projeto moderno de dominação natural do qual o avanço tecnocientífico é condição *sine qua non*, conforme já foi destacado, não obteve total êxito, ao passo que a relação que estabelecemos com a ciência e a tecnologia nos dias atuais está se modificando. Muito embora o conhecimento científico possa ter sido reconhecido como

verdade absoluta, hoje não mais é aceito unanimemente, até mesmo em função de seu caráter “fluido”, como destaca Giddens (1997, p. 109):

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas guerras mundiais, a invenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século poderiam esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada.

Nesta direção, como bem aponta Gonçalves (2004) a respeito da contradição da ciência e da técnica, elas possuem duas facetas: podem ser tanto utilizadas como medidas redentoras dos problemas ambientais quanto podem ser produtoras destes problemas.

Lima (2011) também traz uma abordagem semelhante, destacando os aspectos positivos do desenvolvimento científico, “[...] quando promove a legitimação e a divulgação do conhecimento sobre tais problemas e quando produz novas descobertas teóricas ou aplicadas que possam reduzir a dimensão da degradação ambiental” (p. 31). Sobre a ambiguidade, diz: “[...] ciência e tecnologia são, simultaneamente, parte do problema e parte da solução, ou seja, são criadoras de risco, mas também são indispensáveis à detecção e mitigação de seus efeitos nocivos” (p. 31).

O medo

A angústia de permanecer cotidianamente com o conhecimento dos riscos a que estamos submetidos tornou a sociedade contemporânea em uma sociedade amedrontada, que desconhece muitas vezes o motivo de seu medo, mas que está à espera de fatos catastróficos, ou singulares, que ofereçam perigo ao indivíduo e à coletividade humana. Santos (2008, p. 21-22) discorre sobre a característica perene do medo na sociedade:

O que talvez seja, em nosso tempo, o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida cotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência, a serviço do mercado e do poder, e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida.

No intuito de apresentar a discussão sobre este medo presente da vida moderna buscamos aporte em Zygmunt Bauman, em *Medo líquido* (2008). Nesta obra, o autor inicia sua argumentação posicionando o sentimento de medo, em concordância com Freud (1930/1978), como um efeito da falência do projeto da Modernidade, o qual propôs que por meio da técnica, a ciência e a razão, chegariam ao fim calamidades naturais, catástrofes, miséria, violência, enfim, a barbárie. “Em outras palavras, um tempo livre de toda a matéria de que são feitos os medos. O que deveria ser uma rota de fuga, contudo, revelou-se em vez disso num longo desvio [...] Vivemos de novo numa era de temores” (p. 8).

Isto é, a sociedade industrial não calculou os riscos de sua modernização, e desde meados do século XX, através do movimento ambientalista e outros movimentos sociais foi difundido que a ciência, a razão e a técnica encontram limites na própria tendência à barbárie que contém a civilização. Apesar dessa afirmação parecer contraditória, a civilização que deveria ser orientada para organização, desenvolvimento e cultura (ADORNO, 1995), esbarra na barbárie que parece não ter sido superada completamente em oposição à civilização. O que vemos são contornos bárbaros no que diz respeito à violência, à extrema desigualdade social, à crise do individualismo extremo, à escassez de recursos naturais (a dominação e exploração irracional não seriam atos de barbárie contra a natureza?) dentro de uma situação de “aparente civilização”.

Neste sentido, se o indivíduo sofre influências da “situação de barbárie”, apesar de acreditar estar inserido em uma “situação de civilização”, sabe que pode estar sujeito a todo tipo de mazelas decorrentes da barbarização da sociedade. A partir dessa condição “quase esquizofrênica”, o sujeito contemporâneo parece estar permanentemente acompanhado pelo sentimento de medo.

Bauman (1998) contribui com a temática supondo existir dois tipos de medo que o ser humano contemporâneo sofre: “o medo original”, o qual compartilha com outros animais e que está relacionado ao instinto de sobrevivência e a consciência da inevitabilidade da morte; e o “medo secundário”, ou derivado, que é único do ser humano. É um processo social, e não necessita de uma ameaça real presente, pois “é uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como sentimento de ser suscetível ao perigo, uma sensação de insegurança e vulnerabilidade” (p. 9). Esta segunda tipologia pode ter três formas de ocorrência: ameaça ao corpo; ameaça às propriedades; e por fim, ameaça à posição social que o sujeito ocupa. Todas as três formas podem ser incitadas a partir de

uma ameaça realizada a partir da natureza (terremoto, secas) ou de outro indivíduo (violência).

Ainda sobre o medo, convém apresentar a pesquisa empreendida por Strife (2011) na qual a autora expôs questões relacionadas ao medo apreendido pelas crianças frente às mudanças ambientais. Ela sugere que além da vulnerabilidade física à que estão submetidas, as crianças experienciam um estresse psicológico associado à degradação ambiental, podendo gerar a chamada “ecofobia”, que significa, em outros termos, medo dos problemas ambientais.

Embora esta seja uma questão extremamente importante, não se sabe ao certo quais são os impactos da ecofobia no comportamento pró-ambiental das crianças. No entanto, algumas pesquisas indicam que são despertados sentimentos de medo, raiva, ansiedade e incapacidade para promover mudanças. E em alguns casos, mesmo com esses sentimentos aflorando, alguns jovens rejeitaram o desespero (o medo) pela vontade de engajar-se em associações ou movimentos de proteção ao meio ambiente e promover comportamentos pró-ambientais (como reciclagem e conservação de energia). A pesquisa de Strife (2011), por sua vez, revela que a maioria das crianças apresenta uma visão pessimista acerca dos problemas ambientais e de uma possível solução para o enfrentamento desses.

Podemos inferir, portanto, que a “ecofobia” pode ser impulsionada pela forma como os meios de comunicação tratam os problemas ambientais. Strife (2011) constatou em sua pesquisa que crianças que assistiam a muitos programas de televisão, notícias e filmes apresentavam esse pessimismo sobre o estado do meio ambiente no futuro. Giddens (2002) já afirmara anteriormente sua compreensão sobre o papel desempenhado pela mídia – alarmante e catastrófica.

A questão ambiental, hoje, foi colocada na pauta de informativos de todos os meios midiáticos, na forma do medo de catástrofes, da “vingança da natureza”, o que não deveria ser paralisante para a sociedade, mas sim um convite à reflexão e a mudança de atitudes, comportamentos, e mais profundamente, de conhecimento e valores, sobre a maneira de se relacionar com a natureza e com outros indivíduos: “O medo é reconhecidamente o mais sinistro dos demônios que se aninham nas sociedades abertas de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável” (BAUMAN, 2007, p. 32).

O “mais apavorante e menos tolerável” medo gerado pela insegurança do presente e pela incerteza do futuro é aquele que coloca em xeque a permanência e reprodução da humanidade nos atuais padrões civilizatórios, diante de um único consenso de que a

sociedade organizada modernamente não encontra em seu projeto de progresso técnico-científico possibilidades de manutenção de si, do modo de produção capitalista industrial e exploratório.

A educação ambiental à serviço da incerteza do futuro

Se a angústia do medo e da insegurança tornou-se companhia frequente do homem e da mulher contemporâneos, em consequência do avanço da sociedade tecnocientífica, pode ser que os produtos desta sociedade contribuam para o entendimento da situação de crise em que nos encontramos e proponham caminhos para a minimização da crise. Nesse sentido, a educação ambiental, interdisciplinar e complexa, abre possibilidade para aprofundar esta reflexão. Entendemos, então, a degradação ambiental e a desigualdade social como dimensões da crise socioambiental, que se apresenta como um desafio para a sociedade contemporânea. No sentido de minimizar ou até superar estes problemas constituiu-se o movimento ambientalista em meados do século XX, a partir do qual se evidenciou o papel da educação, conforme apontado por Carvalho (1989, p. 5): “Seja qual for o modelo adotado na tentativa de explicar o atual estado de agressão à natureza praticada pela nossa sociedade, e sejam quais forem as alternativas de ação propostas, o processo educativo é visto por todos como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar este quadro”.

Nessa direção, a educação ambiental, caso fosse trabalhada em conjunto com outras ações como políticas públicas, legislações de caráter de prevenção e reparação dos altos índices de impactos ambientais negativos, poderia contribuir para a mudança gradual dos padrões de consumo, dos valores e das ações da sociedade em direção a uma forma cooperativa de relacionar-se, de conhecer e de intervir da sociedade para com a natureza.

Possibilidades para minimizar os riscos e estabelecer resistência são o desenvolvimento e a prática de uma educação ambiental comprometida em compreender “os riscos fabricados”, a partir da reorientação das tradições, e alterar o sentimento do medo da humanidade, no sentido de uma angústia criativa capaz de inquietar as sociedades a repensar a forma de produzir e organizar-se. Contudo, os autores Loureiro, Azaziel e Franca (2007) ressaltam:

Os problemas mundiais e os locais em cada nação não poderão ser resolvidos somente com educação, visto que a educação é uma prática social e, portanto, define-se em sociedade. Porém, não será possível

solucionar problemas que se manifestam política e economicamente em todo o mundo sem a educação (p. 31).

Bauman (2008) sugere que frente à crise, adote-se uma postura politicamente responsável. Suas contribuições podem orientar a prática da educação ambiental, de forma menos utópica e possível, para construir novas relações entre a sociedade e a natureza a fim de minimizar os riscos expostos:

Focalizando as coisas em relação às quais podemos fazer algo, não temos tempo para nos ocuparmos em refletir sobre aquelas a respeito das quais nada se pode fazer. Isso nos ajuda a defender nossa saúde mental. Mantém distantes os pesadelos, e também a insônia. Mas não nos torna necessariamente mais seguros (p. 20).

Por fim, de acordo com Barcelos (2009), para que a EA obtenha resultados concretos não basta apenas promovermos ações que contribuam para um estado de consciência das causas e consequências da problemática ambiental. À educação ambiental, portanto, é dado o desafio de fomentar um processo educativo que aborde, além das causas e consequências dos problemas ambientais, especialmente a relação estabelecida entre sociedade e natureza (LAYRARGUES, 2002), determinada por uma relação historicamente constituída.

Considerações finais

Entendemos existir uma estreita relação entre a urgência da temática ambiental e o medo atribuído ao presente e ao futuro, tido como incerto, ambos compreendidos no contexto da sociedade contemporânea. A insegurança é gerada por este medo que decorre dos “riscos fabricados” pela sociedade, cujas ameaças não consegue controlar.

Os riscos produzidos, avaliados em relação a possibilidades futuras no que tange a questão ambiental, podem ser compreendidos de duas formas: 1) Há uma crise inevitável do modo de produção capitalista em vista da iminência de esgotamento dos recursos naturais, que induziria a escassez dos meios de produção e logo, de todo o sistema de desenvolvimento econômico, sendo este o discurso das mídias alarmistas e de parte da comunidade acadêmica ou; 2) Há uma preocupação do indivíduo com sua própria sobrevivência e conseqüentemente com a continuidade da espécie humana em decorrência dos riscos fabricados que são, muitas vezes incalculáveis, desfecho de nossa argumentação nesse ensaio teórico.

Estas incertezas que produzem o medo do porvir, se conduzidas e trabalhadas por um processo educativo dirigido a uma angústia criativa pode mobilizar a sociedade a repensar seus valores e a se reorganizar para que novos horizontes, mais otimistas, sejam desenhados.

Sendo assim, a sociedade contemporânea encontra-se em um embate, no limite para o aprofundamento do que é moderno, pois o mercado, a técnica e a individualização hiperativos estão provocando ao mesmo tempo riscos e oportunidades para esta sociedade. Riscos, pois o medo, a indiferença e o desconhecimento da crise socioambiental nos torna descrentes de um futuro, fazendo-nos crer que, se o potencial destrutivo continuar em vigor, a tendência é o esgotamento de recursos, do consumo e por fim, da própria humanidade. E oportunidades: enquanto alguns grupos são submissos ao modelo de desenvolvimento que impera, outros enxergam a possibilidade, a partir da necessidade e urgência das mudanças que envolvem os padrões de consumo e produção, de se repensar a organização e a produção social. Esse pode ser interpretado como um dos espaços a serem trabalhados pela pesquisa em educação ambiental.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos*. Tradução G. A. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. (Originalmente publicado em 1947).

ADORNO, Theodor. *Educação após Auschwitz*. In: ADORNO, Theodor (Org.). *Educação e emancipação*. Tradução Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARCELOS, Valdo. *Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BECK, Ulrich. *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 11-72.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pereira. *Sociedade e natureza*. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio Jose Teixeira (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 17-42.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARVALHO, Luis Marcelo de. *A temática ambiental e a escola de 1º grau*. 1989. 282f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise: A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal-estar na civilização; Esboço de psicanálise*. Tradução D. Marcondes. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Originalmente publicado em 1930).
- GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: BECK, Ulrich.; GIDDENS, Anthony.; LASH, Scott (Orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 73-134.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GONÇALVES, Carlos Walter. *Porto O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GUIMARÃES, Mauro. *Sustentabilidade e educação ambiental*. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 81-106.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17 ed. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico*. In: Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em ambiente e sociedade. Indaiatuba. Anais. (Pg. 1-15) Indaiatuba: ANPED, 2002.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil*. In: Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 6., 2011, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: USP, set. 2011. p. 1-15.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Educação ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios*. Campinas: Papirus, 2011.
- LIPOVETSKY, Gilles. *Tempos hipermodernos*. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda. *Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

LUVIZOTTO, Caroline Krauss. *A racionalização das tradições na modernidade: o diálogo entre Anthony Giddens e Jurgen Habermas*. Revista Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, edição especial, p. 245-258, 2013.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução José Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 1979.

MATTEI, Jean François. *A barbárie interior: ensaios sobre o i-mundo moderno*. Tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *Sociedade contra natureza*. Petrópolis: Vozes, 1975. Título original: La société contre nature, 1972.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

STRIFE, Susan. Children's Environmental Concerns: Expressing Ecophobia. *Journal of Environmental Education*, v. 43, n. 1, p. 37-54, 2012. Disponível em: . Acesso em: 13 nov. 2012.